TL5990

Solidariedade com

TIMOR

Sábado - 11/out./97 - 16.30 - Auditório da Escola Superior de Educação

Portalegre

Colóquio :

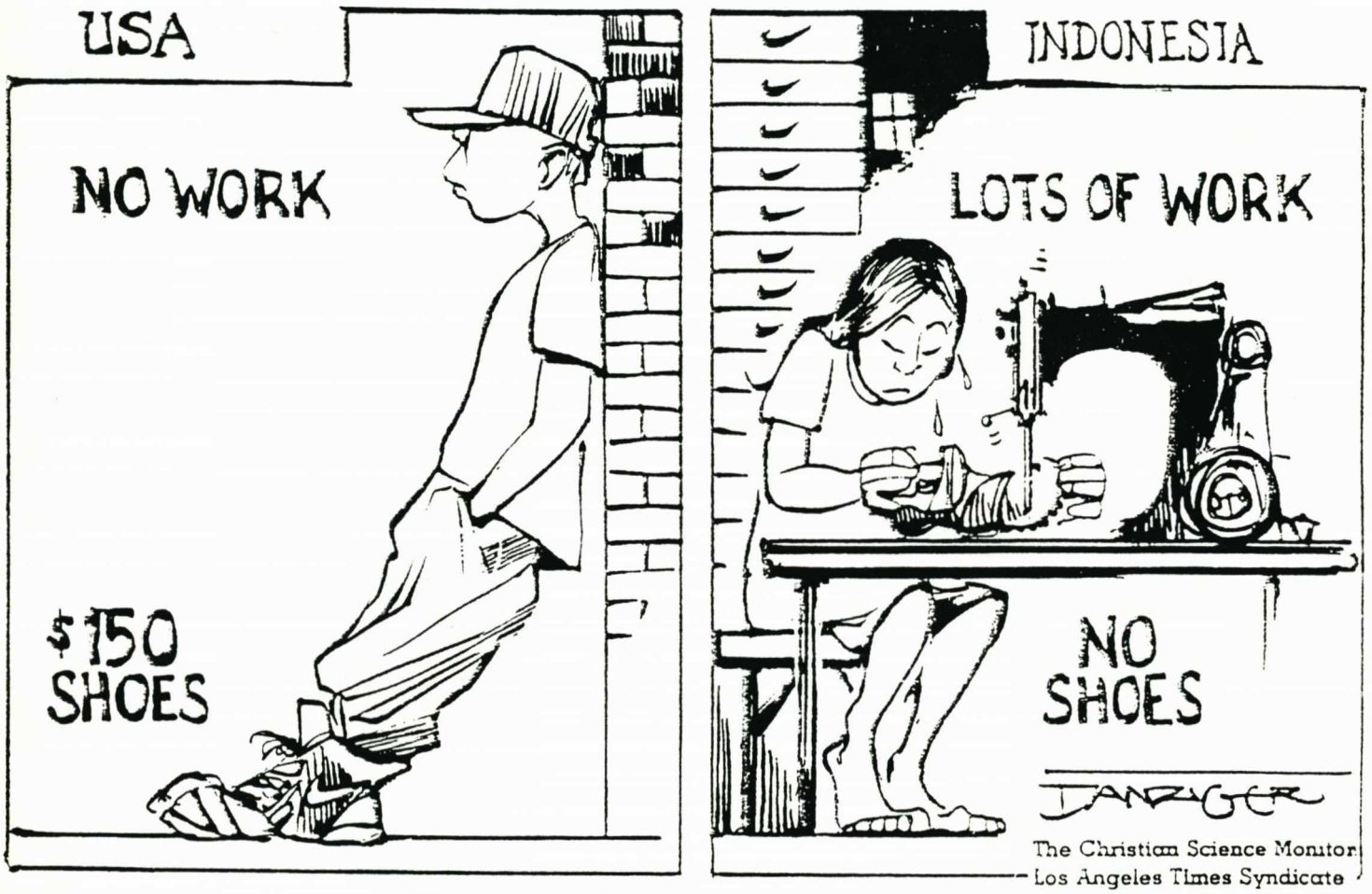
- ✓ Florival Lança (Responsável pelas Relações Internacionais da CGTP)
- ✓ Pinto Pereira (Comissão para os direitos do Povo Maubere)
- ✓ Luis Paulo (Comissão de Apoio ao Povo Maubere)
- ✓ Luis Pargana (Coordenador Distr. do Sindicato dos Professores da Zona Sul)
- ✓ Diogo Júlio Serra (Coordenador da União dos Sindicatos de Portalegre)

Momento Musical com:

Pequenos Cantores da Escola Básica 2,3 Dr. Hernâni Cidade do Redondo

Organização | Colaboração

União dos Sindicatos de Portalegre | Sindicato dos Professores da Zona Sul



The world according to Nike.

INDICE

Trabalhadores pagos a um dólar por dia ...	Timor Leste nº 11	Agosto 93	1
A morte de uma sonhadora	Timor Leste nº 97	Fevereiro 94	2
A opressão calça ténis	Timor Leste nº 126	Julho 96	3
As manifestações de Medan	Timor Leste nº 104	Setembro 94	4
A lei da rolha	Timor Leste nº 101	Junho 94	6
As eleições como direito político	Timor Leste nº 123	Abril 96	7
Megawati: a pós-Suharto?	Timor Leste nº 127	Agosto 96	9

Os trabalhadores pagos a um dólar por dia ...

Foi sob o título "Os trabalhadores pagos a um dólar por dia que produzem os ténis Nike de Michael Jordan de 200 dólares" que o San Francisco Examiner de 16 de Junho passado publicou um artigo - que aqui reproduzimos na íntegra - assinado por Dick Meister, um jornalista que há trinta anos acompanha as questões laborais, onde é feita a denúncia das miseráveis condições de trabalho e de vida dos assalariados do Sul em contraste com os lucros das empresas do Norte que ali operam.

"'Faça-o, simplesmente', *diz o omnipresente anúncio dos ténis Nike na TV. Mas se está realmente preocupado com a saúde, a comodidade e com outras virtudes papagueadas pela publicidade, o melhor que tem a fazer é boicotar em vez de comprar. E, ao mesmo tempo que se recusa a comprar uns novos Nike, pode enviar os* 'velhos, fedorentos e gastos' *ténis que guarda no armário para o multimilionário Philip Knight, que dirige a Nike a partir da sede no Oregon.*

É isto o que tem que fazer. E quem o sugere é a Fundação 'Made in USA', *uma organização não lucrativa com cerca de 50.000 associados, entre cidadãos, sindicatos e industriais. Esta campanha de boicote é apoiada por grupos influentes como a AFL-CIO - e têm boas razões para o fazer.*

Conhece aqueles ténis Nike que custam 200 dólares o par, aqueles pelos quais a estrela do basquetebol Michael Jordan recebe anualmente 20 milhões de dólares por promover? Aqueles que deram à Nike no ano passado um lucro de 329 milhões de dólares?

Estes sapatos são na verdade fabricados - todos eles - em fábricas asiáticas, sub-contratadas pela Nike, por trabalhadores que são dos mais explorados a nível mundial. Raros são os que recebem mais do que um dólar por dia, um salário de miséria mesmo para uma economia do Terceiro Mundo e que os condena a viver em condições tão degradantes como a dos seus locais de trabalho.

Tomemos, por exemplo, uma das seis instalações que na Indonésia produzem ténis para a Nike - a fábrica Hasi em Tangerang, nos arredores de Jacarta: 'Os trabalhadores, sentados ou em pé, acotovelam-se. Muitos estão descalços. O ar húmido tresanda a tinta e a cola. A temperatura ronda os 40° C. Respirar torna-se difícil ... Fique 10 minutos ... e a cabeça começará a martelar-lhe, os olhos e os lábios a arder. Entre os vapores de cola e de tintas, os trabalhadores, sem roupas de protecção, operam com moldes quentes, com prensas e guilhotinas.'

Esta descrição é de Nena Baker, uma jornalista do **Portland Oregonion**, *que procurou descobrir o que estava por detrás dos enormes lucros da Nike.*

Como é típico nas 35 fábricas espalhadas pela Indonésia, China, Tailândia, Coreia do Sul e Formosa, a maioria dos trabalhadores da Hasi são raparigas enquanto os supervisores são homens. O salário delas é de 14 céntimos à hora e de 16 céntimos por cada hora extraordinária que frequentemente têm de fazer.

Entretanto, a Nike paga cerca de 16 dólares à fábrica por um modelo de sapatos particularmente popular, vende-o aqui aos retalhistas pelo dobro do preço e estes, por sua vez, vendem-no pelo dobro do preço que pagaram por ele.

E como vivem aqueles 22.000 trabalhadores indonésios que tornam estes lucros possíveis?

A jornalista Nena Baker visitou uma casa em Tangerang: 'Depois de um longo dia de trabalho, Tri Mugiyanti, que diz ter 18 anos embora aparente ter entrado agora na puberdade, permanece à porta de casa e diz estar muito cansada. Na verdade, a casa não é o local mais apropriado para descontrair. Partilha um quarto, numa viela a menos de uma milha da fábrica Hasi, com mais três trabalhadoras. Montes de lixo em combustão lenta marcam o caminho para a sua barraca. Dorme numa esteira de bambu.'

A barraca não tem electricidade nem água corrente, tal como a maioria das habitações dos outros trabalhadores.

'Ingénuo e absurdo' *contrapõe um porta-voz da Nike à afirmação de que a empresa deveria preocupar-se com as condições deploráveis em que se encontram Mugiyanti e os outros trabalhadores que produzem para ela 80 milhões de pares de sapatos por ano.*

Knight e os outros executivos afirmam estar orgulhosos do que a empresa tem feito na Ásia.

Apesar de tudo, dizem, estão a criar emprego para os asiáticos. Mas o que na verdade estão a fazer é a utilizar mão-de-obra desesperadamente pobre para aumentar os seus lucros.

Até ter-se juntado a outras companhias de calçado na transferência da produção para o estrangeiro em meados da década de 80, os lucros da Nike não eram tão elevados. Antes dessa transferência os lucros tinham de ser repartidos com aqueles que os tornavam possíveis, graças a acordos sindicais que garantiam aos trabalhadores americanos que produziam os sapatos um salário médio de 7 dólares à hora.

A Nike voltou-se em primeiro lugar para a Coreia do Sul. Mas depois de os trabalhadores ali terem conquistado o direito a formarem sindicatos e a organizarem greves que levaram ao aumento dos seus salários, os lucros da Nike caíram e ela viu-se compelida a procurar outro país. A Indonésia é conhecida por descurar a protecção dos trabalhadores mas, para o caso de a situação ali também mudar, a Nike está já a estudar a possibilidade de se transferir para outros países asiáticos mais acolhedores e, possivelmente, também para o México.

Mas se os boicotadores conseguirem levar os seus objectivos avante, a Nike não irá para mais nenhum país. Eles exigem que a companhia abandone a exploração desenfreada dos trabalhadores estrangeiros.

Exigem que a Nike retome a produção neste país onde cerca de 65.000 assalariados perderam o emprego devido à transferência das fábricas para o estrangeiro por parte da Nike e de outros fabricantes de calçado que correm atrás dos lucros sem olharem para os trabalhadores que os tornam possíveis."

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 3534009
E-mail: gnlcdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1.000 ex. **Assinatura anual:** 1.000$00
Registo: DGCS n° 112094 Dep. Legal n° 25317

A MORTE DE UMA SONHADORA

Goenawan Mohamad, ex-chefe de redacção do semanário *Tempo,* um dos mais importantes na Indonésia, escreveu este artigo para o *International Herald Tribune,* em Janeiro de 1994.

"A história de Marsinah, uma jovem que foi brutalmente assassinada por ter tido a coragem de lutar pela melhoria dos direitos dos trabalhadores, revela o lado sombrio do crescimento económico indonésio. (...).

Marsinah tinha apenas 23 anos quando morreu e embora tivesse vivido sempre na pobreza, estava decidida a melhorar a sua própria vida e a daqueles que a rodeavam.

Na sua infância, fora adoptada por uma família de camponeses pobres e estava habituada às dificuldades de um trabalho árduo. (...).

Mas ela tinha sonhos. Acreditava que a todos os indonésios seria dada a oportunidade de ter uma vida decente. Frequentou cursos de computadores e de língua inglesa e, na sua sede de aprender mais, costumava ler jornais e ver televisão em casa de um vizinho. Certa vez, terá dito a um conhecido seu: 'o conhecimento pode mudar o destino de uma pessoa.'

Marsinah estava decidida a mudar o seu destino e a fugir da pobreza. Depois de trabalhar por um ano numa fábrica de sapatos, arranjou emprego numa empresa que fabricava relógios. Ganhava 1700 rupias [cerca de 130$00] por dia, além de uma senha de refeição no valor de 550 rupias, recebível apenas na condição de o trabalhador comparecer no local de trabalho. Como este salário fosse manifestamente insuficiente para viver, Marsinah e alguns colegas seus exigiram que o valor da senha de refeição fosse incluído no ordenado. Esta reivindicação implicou uma grande coragem da parte dos trabalhadores - eles tinham perturbado a ordem. Tinham ameaçado a 'paz', a 'harmonia' e a 'unidade' que constituem as palavras de ordem da indústrialização e do desenvolvimento indonésio.

A Indonésia é um país onde é fácil aos detentores do capital acumular riqueza por todos os meios possíveis e imaginários, um país onde aos gestores e aos executivos é dada a possibilidade de multiplicar os seus rendimentos, mas onde os trabalhadores não têm sequer voz para reclamar seja o que for. O progresso económico, os investimentos no sector fabril e os crescentes lucros das exportações têm-se feito à custa de salários miseráveis.

Por isso, os patrões e os quadros dirigentes da empresa onde Marsinah trabalhava, bem como todo o aparelho de segurança que actua em defesa dos interesses das autoridades, tomaram imediatamente medidas no sentido de silenciar a revolta dos trabalhadores. Alguns foram despedidos. Marsinah, a mais incómoda de todos, foi assassinada.

Não se sabe exactamente quem foi o responsável pela sua morte mas a razão por que ela foi assassinada, essa parece evidente. Os horríveis ferimentos que lhe cobriam a região abdominal revelam que foi violada e apunhalada; os seus ossos pélvicos encontravam-se fracturados. Ela foi vítima de duas coisas - ser mulher e ser activista.

Como parte da superabundante população laboral do quarto país mais populoso do mundo, as mulheres na Indonésia encontram-se, à partida, numa posição de extrema vulnerabilidade. Por outro lado, a própria ambiência cultural do mundo de hoje também não as favorece.

O nosso mundo, onde apenas existem dois grupos, os vencedores e os vencidos, vive obcecado com verbos como *ganyang* [esmagar], *bunuh* [matar] e *gebuk* [derrotar]. Estas metáforas, próprias da guerra e da virilidade masculina, são também as metáforas do despotismo.

Quem quer que tenha assassinado Marsinah julgou certamente que a morte de uma simples mulher de aldeia, uma operária, não chamaria muito a atenção. Julgou com certeza que o corpo atirado para a beira da estrada se limitaria a cumprir a sua função - instigar o medo entre aqueles que tinham desafiado a ordem local. Só que, felizmente, o caso de Marsinah atraíu largamente as atenções. Na sua arrogância, os assassinos não tiveram a intuição para perceber que, no momento em que Marsinah e os seus colegas entraram em greve por melhores salários, a Indonésia já não se podia dar ao luxo de ignorar os trabalhadores. Na verdade, ao ter a coragem de integrar a maré de força libertadora que neste momento agita a sociedade indonésia na luta por mais e melhores direitos, Marsinah contribuiu decisivamente para que as mulheres deixassem de ser um elemento marginal nessa sociedade."

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1000 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317

A OPRESSÃO CALÇA TÉNIS

A Nike, a do "Just do it", aplica à letra este seu apelo publicitário na exploração da mão de obra de países como a Indonésia. Com cumplicidades locais

A *NIKE* FAZ-TE SONHAR...

Atlanta está a ser o pretexto.

Nos espaços publicitários dos intervalos das competições, centenas de milhões de olhos hipnotizados seguem em todo o mundo as evoluções dos super-heróis dos tempos modernos no pequeno ecrã dos televisores. Imagens de sonho, grandes planos e contra-campos saídos das câmaras de Spike Lee Jones mostram os "afundanços" de Michael Jordan, os pontos salvos sobre a linha de Andrei Agassi.

Nas cidades americanas *outdoors* agressivos perguntam aos adolescentes dos bairro suburbanos: "*És um merdas?*". Não, claro que não, todos nos queremos identificar com o sucesso. E neste caso não há lugar a dúvidas, o sucesso vai nos pés destes atletas, são os ténis *Nike*.

O líder do mercado de equipamentos desportivos a nível mundial conhece bem o valor da imagem, faz acordos milionários com as grandes estrelas, 10 a 20 milhões de dólares anuais por cada contrato.

Tudo, para dar corpo ao sonho (e aos lucros fabulosos que a sua contabilidade ostenta).

... E TER PESADELOS

Desde os meados dos anos 80 que a *Nike* começou a abandonar o fabrico nos E.U.A., em procura de paragens mais promissoras. Os seus filmes publicitários não mostram, porém, os locais onde esses ténis são actualmente produzidos.

Mais de um terço vem da Indonésia, onde há pelo menos uma dúzia de empresas associadas da *Nike*. Como durante a revolução industrial do séc. XIX europeu, milhares de trabalhadores (parte deles crianças, em violação da idade mínima legal) empilham-se hoje em mega-fábricas subcontratadas pela *Nike* nos arredores de Jacarta, hangares gigantescos por vezes com mais de 8 mil empregados.

As condições de trabalho são penosas, as jornadas longas, o trabalho extra frequentemente não é pago, os salários são muito baixos. Mesmo para um país pobre como a Indonésia, as 5200 rupias - cerca de 350$00 - que um operário de uma destas fábricas ganha em média por dia, é insuficiente para assegurar uma vida decente. Permite no entanto fabricar por 5 dólares um par de sapatos desportivos que valerão na América ou na Europa 20 vezes mais.

Para garantir a perpetuação desta situação, os direitos sindicais na Indonésia foram reduzidos a mera cosmética, os sindicatos independentes proibidos, os seus dirigentes presos (como Mochtar Pakpahan) ou mortos (como a jovem Marshinah) e os militares intervêm normalmente nas greves.

TÉNIS & BOTAS DA TROPA

Apesar da *Nike* argumentar que a responsabilidade pelo que se passa nessas fábricas não é sua, já que se tratam de empresas subcontratadas, não é por acaso que todas elas são propriedade directa ou indirecta de militares e de gente do círculo próximo de Suharto.

Indera Nabanan, da ONG indonésia *Yakoma PGI*, descreveu recentemente as condições laborais nas associadas da *Nike* como "*escravatura*". Um outro especialista em questões do trabalho sediado em Jacarta indicou que tinha caixotes cheios de queixas relativas a abusos praticados nas empresas da *Nike*. Não é por acaso que um artigo de opinião publicado em 12 de Junho de 96 no *New York Times* se refere a esses locais de trabalho como "*sweatshops*" (suadouros).

BOICOTE

As relações privilegiadas que a *Nike* e outras multinacionais estabeleceram com as elites indonésias constituem um importante factor de sustentação do regime e de manutenção das condições de opressão dos trabalhadores indonésios. Lucros fabulosos de um lado, miséria e repressão do outro.

A opinião pública dos Estados Unidos, sede da *Nike*, tem-se revelado crescentemente crítica em relação a este tipo de comportamento.

Um conjunto amplo de questões une hoje um leque muito diverso de actores sociais americanos, desde os activistas de direitos humanos e os defensores dos direitos das crianças, às organizações sindicais, passando pelas associações de empresários proteccionistas (defensores do "*Made in USA*"). Várias ONG lançaram este mês uma campanha que culminou, no dia 13, com a intoxicação das linhas de fax e de email da *Nike* com mensagens de protesto pela sua actuação na Indonésia.

A polémica tem transparecido nas páginas de jornais de grande circulação e estendeu-se já ao coração da companhia, com intervenções agressivas de grupos de *lobbying* nas assembleias gerais de accionistas.

Essa contestação começa a estender-se a outros países, incluindo Portugal - recordamos em particular a queima pública de artigos fabricados na Indonésia, realizada em 17 de Julho último (20º aniversário da "integração" de Timor Leste) no Terreiro do Paço, em Lisboa, onde se apelou ao boicote à compra desses produtos.

O que inclui os ténis *Nike*, os tais dos generais.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317

mento" e criticando qualquer possível presença de representantes das Nações Unidas.

O certo é que a ONU se fez mesmo representar em Londres. O comunicado que o porta-voz de Boutros-Ghali divulgou na altura esclarece os termos dessa presença, a título de observador, afirmando o S.G. que "*é o início de uma série de consultas*" e que "*tenciona prosseguir consultas análogas com outros timorenses não presentes*".

Resumidamente, a ONU não desautorizou totalmente o encontro (como gostaria a Resistência), mas também não o considerou (como quereria a Indonésia) a forma privilegiada de concretização do ponto 8 do Comunicado do encontro ministerial Alatas/Barroso de 6 de Maio, em Genebra, relativo a "*um diálogo intra-timorense, sem discriminações*". Parece pois ter a ONU o seu próprio plano de abordagem da questão. Resta ver como irá, no futuro, conduzir este difícil processo de consultas com as partes.

OBRIGADO PELA INVASÃO!

Quanto às conclusões do encontro propriamente dito, elas são bastante mais explícitas que as do anterior e desfazem quaisquer dúvidas que pudessem existir em relação ao posicionamento dos participantes, nomeadamente os ditos "dirigentes no exterior". Entre os mimos literários constantes do comunicado final encontram-se referências à "*trágica guerra civil de 1975*" (a invasão indonésia é descrita como "*envolvimento a pedido*") e ao "*apreço e encorajamento*" pela política indonésia de desenvolvimento e de promoção dos direitos humanos.

Em sítio algum se reconhece a gravidade da situação dos direitos humanos. Não há qualquer menção ao massacre de Santa Cruz. Nunca se fala no livre acesso ao território por parte de observadores, organizações humanitárias ou de direitos humanos.

Em contrapartida são feitas solicitações piedosas a Jacarta, tais como a necessidade de ser dada uma "*consideração especial*" à administração local e de serem introduzidas nas escolas disciplinas que contribuam para a salvaguarda dos valores culturais.

Quando há "exigências" mais ousadas, descobre-se que elas são na realidade distorcidas e recuadas. Por exemplo, ao pedir a libertação dos presos timorenses, omite-se o termo "rápida", que constava na resolução da ONU aceite pela própria Indonésia. Fala-se em redução da presença militar em Timor, o que seria uma novidade interessante, mas diz-se que será "*a continuação*" da actual (na mesma semana em que o chefe militar de Timor Leste afirma em entrevista à BBC que não estão previstas reduções).

INDONÉSIA

AS MANIFESTAÇÕES EM MEDAN

Dirigentes e activistas sindicais estão a ser levados a tribunal. Mas tais medidas repressivas apenas adiam a resolução do problema da liberdade sindical na Indonésia.

As autoridades indonésias estão a levar à barra dos seus tribunais alguns dos principais dirigentes e activistas do movimento sindical independente, acusando-os de serem os instigadores dos confrontos que acompanharam as grandes manifestações de Abril deste ano no Norte da Sumatra.

Será oportuno recordar o que a *Human Rights Watch/Asia*, uma ONG norte-americana de defesa dos direitos humanos, escreveu a propósito daqueles acontecimentos.

PARA EVITAR A VIOLÊNCIA

"*Durante uma semana, com início a 14 de Abril de 1994, dezenas de milhares de trabalhadores encheram as ruas de Medan - a terceira maior cidade da Indonésia - e de outras cidades do Norte da Sumatra, exigindo maiores salários, melhores benefícios e liberdade de associação.*

As manifestações adquiriram destaque pela sua dimensão (tendo uma delas chegado a reunir cerca de 30.000 trabalhadores, só em Medan) e porque, em 15 de Abril, degenerou em violência anti-chinesa, tendo tido como consequência a morte de um [empresário] *chinês e ferimentos noutros dois.*

Mas, enquanto a atenção dos meios de comunicação se concentrou no elemento étnico, a mensagem importante dos acontecimentos de Medan é a necessidade urgente de o governo da Indonésia resolver as questões dos direitos dos trabalhadores, se se quiser evitar mais violência. Talvez a questão mais importante a este respeito seja a liberdade de associação, de modo a que os trabalhadores possam canalizar responsavelmente as suas muitas e acumuladas insatisfações através de organizações representativas, nas quais depositem confiança. Sem tais mecanismos, é certo que a situação laboral continuará explosiva. Contudo, a resposta do governo, em fins de Abril, foi colocar toda a responsabilidade da violência sobre o sindicato independente, Serikat Buruh Sejahtera Indonesia *ou SBSI (Sindicato Indonésio para a Prosperidade Laboral), cujo ramo de Medan tinha ajudado a organizar a manifestação de 14 de Abril. Por altura de 1 de Maio, toda a direcção do ramo de Medan estava na prisão. Ao mesmo tempo, aumentavam as provas de que a violência tinha sido incitada por elementos estranhos ao SBSI.*"

INSATISFAÇÃO CRESCENTE

"*Os motins de Medan não foram uma explosão repentina e inesperada. Há já vários anos que a agitação laboral tem vindo a crescer por todo o país, mais particularmente em Java e Sumatra.*

Um dos factores foi o desenvolvimento rápido da indústria virada para a exportação, especialmente de produtos como sapatos, têxteis e vestuário, e a concentração de muitas fábricas na mesma área, o que facilitou a comunicação entre os trabalhadores. A área à volta de Jacarta, Bogor, Tangerang e Bekasi na parte ocidental de Java era uma dessas concentrações, mas o aparecimento de parques industriais com dezenas de fábricas, tal como o Parque Industrial de Medan, tornou-se cada vez mais comum noutros pontos do país.

Um segundo factor foi a consciência crescente dos trabalhadores daquilo a que tinham direito à luz da lei indonésia, graças aos esforços das organizações não-governamentais (ONG) e à banalização da informação sobre questões laborais na imprensa indonésia.

Por último, as próprias acções do governo, como por exemplo o aumento do salário mínimo, em resposta à pressão interna e internacional, mostrando aos trabalhadores que eles poderiam alcançar resultados se se organizassem e fizessem exigências.

Contudo, vários outros factores levaram ao aumento em quantidade e intensidade das disputas laborais nos primeiros quatro meses de 1994. (...)."

TERRENO PARTICULARMENTE FÉRTIL

"Os esforços organizativos do SBSI encontraram um terreno particularmente fértil no Norte da Sumatra. Muchtar Pakpahan, o seu presidente, (...) tinha trabalhado em estreita ligação com a Igreja Protestante Batak (Huria Kristen Batak Protestan *ou HKBP), a maior congregação cristã na Indonésia com mais de 2 milhões de membros. As três figuras-chave do ramo de Medan do SBSI, agora presos, tinham desenvolvido uma forte actividade, nestes 2 últimos anos, com as ONG de direitos laborais ligadas informalmente à HKBP. A HKBP não só forneceu uma rede de contactos já organizada, mas também as facções rivais dentro da HKBP tinham-se empenhado na mobilização das suas hostes durante os últimos 18 meses em que o SBSI se afirmou.*

Contudo, o crescimento rápido da SBSI na região deveu-se só em parte a esta rede bem estabelecida. Teve também a ver com o descontentamento dos trabalhadores, que se tornou particularmente intenso em Medan e nos seus subúrbios, porque as diferenças entre os trabalhadores e os donos das fábricas eram demasiado evidentes - com estes últimos a viver no centro da cidade com os seus BMW e Mercedes e os trabalhadores a viver em bairros de lata nos subúrbios.

Intensa foi também durante este período a publicidade dada ao caso de Marsinah, uma jovem activista laboral assassinada em Maio de 1993 em Java Oriental. Os suspeitos do seu assassínio foram a julgamento e revelou-se que eles tinham sido raptados, mantidos incomunicáveis e torturados pelos militares, obviamente para lhes arrancar "confissões". Um detalhado relatório da Fundação Para a Ajuda Legal (Yayasan Lembaga Bantuan Hukum Indonesia *ou YLBHI), publicado em Março, sugeriu que Marsinah tinha sido de facto morta no Comando Militar do Distrito. A imprensa indonésia publicou à exaustão histórias sobre Marsinah, levantando quase sempre a questão da intervenção militar em disputas laborais.*

Mas a causa fundamental para a crescente agitação foi sempre as violações básicas dos direitos dos trabalhadores, desde os despedimentos por participação em greves, passando pela supervisão militar nas negociações laborais, até à interdição de todos os sindicatos que não fossem o SPSI, o único oficialmente reconhecido.

Os exemplos que se seguem são esclarecedores. Cerca de 150 mulheres trabalhadoras da fábrica PT Dusa Busana Danastri, *que fabrica os* jeans Denim, *abordaram a Comissão Nacional de Direitos Humanos, em 3 de Março de 1994, para se queixarem das degradantes "inspecções de cuecas" feitas pelos guardas da segurança, quando elas requerem a folga por menstruação, que lhes é garantida por lei. (...). Estas mesmas mulheres queixaram-se de estar a ser pressionadas a demitir-se, certamente para a empresa economizar o custo do aumento dos seus salários. Confrontado com estas queixas, o comprador americano dos* jeans *da* Dusa Busana Danastri, *a* Levi Strauss Inc., *cortou as suas relações com a firma. (...).*

Em meados de Março, 85 trabalhadores da empresa de madeiras PT Iradat Puri, *em Palu, Sulawesi Central, queixaram-se que não recebiam salários há onze meses, devido à situação de quase bancarrota da empresa e ao abrandamento da actividade da indústria de madeiras. Os trabalhadores viviam num complexo de casas construídas no local de trabalho e eram obrigados a apresentar-se todas as manhãs, mesmo que não tivessem nada para fazer, nem houvesse dinheiro para lhes pagar. Ao mesmo tempo, diziam-lhes que se eles arranjassem outro emprego seriam despedidos, perdendo assim o seu alojamento e não recebendo qualquer indemnização. Apresentaram queixa no escritório do sindicato oficial controlado pelo governo, o SPSI, (...), e no escritório provincial do Ministério do Trabalho, mas não obtiveram resposta. Quando inquirido por um repórter local sobre a razão por que o SPSI parecia estar sempre do lado da empresa nos casos de disputas laborais, o director explicou que a maioria das empresas na província tinham uma gestão familiar e, por isso, era preferível resolver as disputas dentro da família do que através da intervenção exterior do seu escritório.*

As reformas anunciadas pelo Ministro do Trabalho em Janeiro de 1994 não tiveram qualquer efeito visível no começo de Maio, no sentido de aumentar a liberdade de associação ou de diminuir o envolvimento militar nas disputas laborais. E para maior agitação dos trabalhadores, os empresários descobriram inúmeras formas de dar a volta às novas leis respeitantes ao salário mínimo. (...). É natural que os trabalhadores esperassem que o aumento dos salários tão largamente difundido pelos meios de comunicação significasse um aumento real no dinheiro que trariam para casa, mas, para muitos, o aumento previsto não se materializou. Assim, quando um outro aumento, anunciado em Janeiro, foi levado a efeito em 1 de Abril, a maioria dos trabalhadores sabia o que é que lhe competia receber e estava preparada para tomar qualquer tipo de atitude, se não o recebesse."

VI JORNADAS DE TIMOR DA UP

No princípio do mês de Outubro decorrerão as VI Jornadas de Timor da Universidade do Porto, organizadas pelo Prof. Barbedo de Magalhães, o Prof. Alberto Amaral e o Prof. Nuno Grande.

O programa inicia-se no dia 4 pelas 18h00 na Reitoria daquela Universidade.

Individualidades e activistas provenientes de diversos países, como Tailândia, Malásia, Filipinas, EUA e Indonésia, participarão em sessões internacionais que serão abertas ao público.

Nas sessões nacionais, a ter lugar a 29 de Outubro e 18 de Fevereiro em Lisboa, serão apresentadas comunicações que versam sobre História e Cultura de Timor Leste, a Comunidade Internacional perante o problema e perspectivas para o futuro.

A "LEI DA ROLHA"

Contrariando um movimento de "liberalização" que ganhava raízes, Suharto suspendeu três importantes semanários.

A "Primavera de abertura" de Suharto foi interrompida. O sopro de liberdade que nos últimos dois anos perpassou pela imprensa indonésia foi bloqueado de um só golpe em 21 de Junho. Nessa data foram retiradas as licenças de publicação aos semanários *Tempo*, *Editor* e *DeTik*.

"CULTURA TELEFÓNICA"

O jornalismo isento não é fácil na Indonésia. Embora a Constituição da República e a Lei de Bases da Imprensa garantam a sua liberdade, a realidade é bem diversa. Na última década foram suspensos, entre outros, os semanários *Ekuin* (1983) e *Expo* (1984), bem como os diários *Sinar Harapan* (1986), *Prioritas* (1987) e *Monitor* (1990). Os motivos radicaram sempre na publicação de informações sobre temas considerados sensíveis pelo regime.

O instrumento utilizado é um decreto que permite ao Ministro da Informação (desde 1984, H. Harmoko, um íntimo de Suharto) retirar a licença sempre que, na sua perspectiva, uma publicação "*deixe de reflectir um jornalismo saudável, livre e responsável*". Na posse desta espada de Dâmocles, o Governo dá-se ao luxo de prescindir da censura prévia, que oficialmente não existe. Substituiu-a pela bem mais eficaz "cultura telefónica", sistema de avisos (normalmente feitos pelo telefone) aos editores e jornalistas sobre quais os assuntos que devem ser ou não ser noticiados. Só o *Tempo* foi alvo de 33 "avisos" verbais e 6 por escrito, desde 1982.

Os jornais agora suspensos são dos três principais semanários do país, com uma tiragem conjunta de mais de 700 mil exemplares. Em particular o *Tempo*, era o decano e o mais influente dos semanários indonésios, com grande audição entre a Elite. Elemento comum a todos eles o facto de praticarem (dentro dos limites tolerados) um estilo de jornalismo vigoroso e crítico e de nos últimos tempos terem vindo a abordar temas incómodos para o regime.

A MÃO DO PRESIDENTE

Os observadores são unânimes em admitir que o fecho dos semanários se deu por intervenção pessoal de Suharto. O Presidente ficou profundamente irritado com a cobertura dada pela imprensa ao controverso negócio de compra de 39 navios de guerra à Alemanha. Provenientes do arsenal da ex-RDA, os navios foram comprados "*a preço de saldo*", conforme foi anunciado na altura pelas autoridades indonésias. As investigações levadas a cabo pela imprensa mostraram que os navios eram antiquados (idade média de 15 anos), estavam em mau estado (atracados em cais alemães durante dois anos sem qualquer manutenção) e que tinham sido desguarnecidos de armamento (exigência do Parlamento alemão, para evitar polémicas em torno do seu possível uso em Timor).

Tudo isto fez subir bastante o custo inicial da factura. O facto tornou-se público quando o Ministro das Finanças e o Ministro da Tecnologia, J. Habibie, convocados em 7 de Junho para diferentes comissões parlamentares, deram números divergentes sobre o assunto. Habibie saiu bastante fragilizado do incidente. A avaliação generalizada da imprensa considerou-o incompetente na condução do processo e lançou suspeições de subornos canalizados para si e para a família do Presidente. Contra isto se ergueu Suharto.

CONTRADIÇÕES INTERNAS

O encerramento dos jornais e os acontecimentos que o precederam expõem de forma clara algumas das linhas de fractura no interior do poder. Em primeiro lugar as sérias divergências entre Suharto e as Forças Armadas. Estas não apreciam a guinada "civilista" do Presidente, que tem conduzido a uma subalternização política dos militares: no actual Governo, o menos militarizado de sempre; no partido do regime, o Golkar, com a colocação na presidência de Harmoko (o primeiro civil nessas funções); no "lançamento" de J. Habibie como candidato presidenciável, com a bênção de Suharto. Não é por acaso que Habibie aparece como «pivot» em toda esta trama e que Suharto sai em seu socorro.

Outra área de clivagem diz respeito à política económica. Como consequência da diminuição do peso dos produtos tradicionais, nomeadamente o petróleo e o gás natural, na estrutura das exportações indonésias, as receitas fiscais baixaram e exigem apertos orçamentais. As políticas expansionistas de Habibie colocaram-no assim em trajectória de colisão com o Ministro das Finanças.

CLASSES MÉDIAS PEDEM A PALAVRA

O fecho dos semanários lançou a consternação nos meios de negócios, conscientes dos péssimos efeitos na imagem externa da Indonésia e originou forte contestação por parte da classe jornalística e do movimento democrático indonésio.

Ao decidir encerrar os jornais, Suharto cortou as pontes que estava a lançar em direcção à classe média e perdeu muita da confiança que junto dela tinha ganho ao longo dos dois últimos anos de relativa tolerância interna. A emergente classe média é hoje economicamente mais influente e mais politizada do que no passado e tem vindo a reclamar de forma insistente a abertura do regime. Na preparação do pós-suhartismo o seu papel será decisivo. Suharto parece acreditar que ainda pode prescindir dela. Por quanto tempo?

AS ELEIÇÕES COMO DIREITO POLÍTICO

Estão marcadas para o próximo ano as eleições para o parlamento indonésio. A crescente presença da classe média na sociedade promete vir dar uma nova dinâmica a esta rotina de legitimação do poder

Chegados ao poder através de um sangrento golpe de Estado em Outubro de 1965 (as referências oscilam entre os 500.000 e o milhão de mortos) que destruiu uma recente mas viva experiência democrática, os militares vencedores foram edificando, aos poucos, os mecanismos de legitimação (e preservação) do poder conquistado.

A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE

Em Julho de 1971 têm lugar as primeiras eleições pós-golpe. Sai vencedor o Golkar (*Gologan Karya*, Grupos Funcionais), uma federação de vários grupos de interesses criada nos princípios da década de 60 pelas ABRI (Forças Armadas da República da Indonésia) para combater a influência das organizações de massas do PKI (Partido Comunista Indonésio).

Em Janeiro de 1973 passaram a ter estatuto legal apenas três partidos políticos: o Golkar, o PPP (*Partai Persatun Pembangunan*, Partido da Unidade para o Desenvolvimento), resultante da fusão forçada de 4 partidos islâmicos existentes na altura, e o PDI (*Partai Demokrasi Indonesia*, Partido Democrático Indonésio), formado a partir da fusão - também forçada - do Partido Nacionalista Indonésio, o maior partido antes do golpe de 65, com os partidos cristãos e outros pequenos partidos. Qualquer deles foi obrigado a adoptar como sua ideologia oficial a ideologia do Estado, o *Pancasila*.

Em Agosto de 1975 um projecto lei completou o quadro ao restringir o campo de actuação dos partidos à doutrinação e mobilização dos seus membros para que estes dessem o seu leal apoio ao governo. Os partidos eram livres enquanto usassem dessa liberdade *"de uma forma responsável com o objectivo de ajudar ao desenvolvimento nacional"*. Não podiam criticar o programa do governo porque este tipo de liberdade *"tinha produzido um desastre nacional no passado."*

Para além disto, as direcções partidárias saídas dos Congressos têm que ser aprovadas pelas autoridades, que já interferiram antes ao condicionar/impôr a escolha dos delegados a esses Congressos.

A este pesado sistema de controlo e legitimação do poder chama o regime *"democracia orientada"*. Não surpreende, assim, que nos actos eleitorais que se desenrolaram desde então o Golkar tenha ganho sempre e folgadamente.

UM NOVO QUADRO SOCIAL

Nos últimos anos assiste-se a um crescente questionar deste *status quo*. Os analistas são unânimes em associar esse questionamento ao emergir de uma classe média e de uma massa de assalariados urbanos que vêm afirmando, de uma forma ainda incipiente, os seus interesses próprios: a desregulamentação da economia, o "despoliciamento" da sociedade.

Às lutas pela liberdade de imprensa, pela liberdade de organização sindical, têm vindo a juntar-se as reivindicações pela liberdade de associação política, pelo fim do quadro legal repressivo, pela livre participação dos cidadãos na definição dos destinos colectivos.

Estas tensões internas são alimentadas pelo renovar permanente dos desafios postos pela Resistência timorense, a que se juntou, recentemente, a instabilidade na Papua Ocidental, também ela a sacudir os 30 anos de colonialismo indonésio.

O quadro em que se desenrolará o próximo acto eleitoral, a ter lugar em Junho de 1997, apresenta já algumas inovações, filhas do novo clima social que se vive na Indonésia.

OS OLHOS E OS OUVIDOS DA DEMOCRACIA

O primeiro sintoma de mudança vem dos sinais de esgotamento da actual "camisa de forças" partidária indonésia.

Em finais de Novembro passado era anunciado o aparecimento de três novos grupos reivindicando-se do nome de partidos políticos do passado: o Partido Nacionalista, o Masyumi, um partido islâmico, e o Parkindo, o antigo partido protestante. Observadores atribuíram o aparecimento destas organizações à incapacidade dos partidos autorizados em exprimir os novos anseios das populações (*IPS*, 30/11/95).

Em finais de Fevereiro a imprensa indonésia noticiava que Megawati, a filha do antigo Presidente Sukarno e dirigente máximo do PDI, vinha participando em várias plataformas com outras destacadas figuras da oposição. Entre estas contar-se-íam Gus Dur, dirigente da *Nahdlatul Ulama*, a mais importante organização religiosa islâmica, e o ex-deputado do PPP Sri Bintang Pamungkas, expulso do parlamento e presentemente a ser julgado em Jacarta sob a acusação de ter insultado a figura do Chefe de Estado aquando de uma sua deslocação à Alemanha que coincidiu com as violentas manifestações que então ocorreram em Hanover e Dresden contra a presença do Presidente indonésio.

Por outro lado, era anunciado que o PDI estava a participar com o LBH (Instituto de Apoio Jurídico) na constituição de uma comissão para supervisionar as eleições de 97, no âmbito de contactos que vinham à meses a ser desenvolvidos entre personalidades e grupos pró-democracia com vista a pôr de pé uma plataforma tão ampla quanto possível. Assim nasceu oficialmente a 15 de Março a KIPP (*Komite Independen Pemantau Pemilu*, Comissão Independente para o Acompanhamento das Eleições). É a primeira vez, desde o golpe, que uma

AS ELEIÇÕES COMO DIREITO POLÍTICO

Estão marcadas para o próximo ano as eleições para o parlamento indonésio. A crescente presença da classe média na sociedade promete vir dar uma nova dinâmica a esta rotina de legitimação do poder

Chegados ao poder através de um sangrento golpe de Estado em Outubro de 1965 (as referências oscilam entre os 500.000 e o milhão de mortos) que destruiu uma recente mas viva experiência democrática, os militares vencedores foram edificando, aos poucos, os mecanismos de legitimação (e preservação) do poder conquistado.

A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE

Em Julho de 1971 têm lugar as primeiras eleições pós-golpe. Sai vencedor o Golkar (*Gologan Karya*, Grupos Funcionais), uma federação de vários grupos de interesses criada nos princípios da década de 60 pelas ABRI (Forças Armadas da República da Indonésia) para combater a influência das organizações de massas do PKI (Partido Comunista Indonésio).

Em Janeiro de 1973 passaram a ter estatuto legal apenas três partidos políticos: o Golkar, o PPP (*Partai Persatun Pembangunan*, Partido da Unidade para o Desenvolvimento), resultante da fusão forçada de 4 partidos islâmicos existentes na altura, e o PDI (*Partai Demokrasi Indonesia*, Partido Democrático Indonésio), formado a partir da fusão - também forçada - do Partido Nacionalista Indonésio, o maior partido antes do golpe de 65, com os partidos cristãos e outros pequenos partidos. Qualquer deles foi obrigado a adoptar como sua ideologia oficial a ideologia do Estado, o *Pancasila*.

Em Agosto de 1975 um projecto lei completou o quadro ao restringir o campo de actuação dos partidos à doutrinação e mobilização dos seus membros para que estes dessem o seu leal apoio ao governo. Os partidos eram livres enquanto usassem dessa liberdade *"de uma forma responsável com o objectivo de ajudar ao desenvolvimento nacional"*. Não podiam criticar o programa do governo porque este tipo de liberdade *"tinha produzido um desastre nacional no passado."*

Para além disto, as direcções partidárias saídas dos Congressos têm que ser aprovadas pelas autoridades, que já interferiram antes ao condicionar/impôr a escolha dos delegados a esses Congressos.

A este pesado sistema de controlo e legitimação do poder chama o regime *"democracia orientada"*. Não surpreende, assim, que nos actos eleitorais que se desenrolaram desde então o Golkar tenha ganho sempre e folgadamente.

UM NOVO QUADRO SOCIAL

Nos últimos anos assiste-se a um crescente questionar deste *status quo*. Os analistas são unânimes em associar esse questionamento ao emergir de uma classe média e de uma massa de assalariados urbanos que vêm afirmando, de uma forma ainda incipiente, os seus interesses próprios: a desregulamentação da economia, o "despoliciamento" da sociedade.

Às lutas pela liberdade de imprensa, pela liberdade de organização sindical, têm vindo a juntar-se as reivindicações pela liberdade de associação política, pelo fim do quadro legal repressivo, pela livre participação dos cidadãos na definição dos destinos colectivos.

Estas tensões internas são alimentadas pelo renovar permanente dos desafios postos pela Resistência timorense, a que se juntou, recentemente, a instabilidade na Papua Ocidental, também ela a sacudir os 30 anos de colonialismo indonésio.

O quadro em que se desenrolará o próximo acto eleitoral, a ter lugar em Junho de 1997, apresenta já algumas inovações, filhas do novo clima social que se vive na Indonésia.

OS OLHOS E OS OUVIDOS DA DEMOCRACIA

O primeiro sintoma de mudança vem dos sinais de esgotamento da actual "camisa de forças" partidária indonésia.

Em finais de Novembro passado era anunciado o aparecimento de três novos grupos reivindicando-se do nome de partidos políticos do passado: o Partido Nacionalista, o Masyumi, um partido islâmico, e o Parkindo, o antigo partido protestante. Observadores atribuíram o aparecimento destas organizações à incapacidade dos partidos autorizados em exprimir os novos anseios das populações (*IPS*, 30/11/95).

Em finais de Fevereiro a imprensa indonésia noticiava que Megawati, a filha do antigo Presidente Sukarno e dirigente máximo do PDI, vinha participando em várias plataformas com outras destacadas figuras da oposição. Entre estas contar-se-íam Gus Dur, dirigente da *Nahdlatul Ulama*, a mais importante organização religiosa islâmica, e o ex-deputado do PPP Sri Bintang Pamungkas, expulso do parlamento e presentemente a ser julgado em Jacarta sob a acusação de ter insultado a figura do Chefe de Estado aquando de uma sua deslocação à Alemanha que coincidiu com as violentas manifestações que então ocorreram em Hanover e Dresden contra a presença do Presidente indonésio.

Por outro lado, era anunciado que o PDI estava a participar com o LBH (Instituto de Apoio Jurídico) na constituição de uma comissão para supervisionar as eleições de 97, no âmbito de contactos que vinham à meses a ser desenvolvidos entre personalidades e grupos pró-democracia com vista a pôr de pé uma plataforma tão ampla quanto possível. Assim nasceu oficialmente a 15 de Março a KIPP (*Komite Independen Pemantau Pemilu*, Comissão Independente para o Acompanhamento das Eleições). É a primeira vez, desde o golpe, que uma

organização com estes fins é criada na Indonésia. O seu presidente é o jornalista do semanário *Tempo*, Goenawan Mohamad. Na ocasião, um dos seus promotores disse que a KIPP pretendia ser "*os olhos e os ouvidos da democracia*".

Entre as figuras que aderiram à iniciativa constam o Prof. Arief Budiman, expulso da Universidade de Salatiga por contestar os métodos seguidos na mesma, o Prof. Loekman Soetrisno, que orientou a equipa da Universidade de Gajah Mada que fez um estudo no terreno sobre os traumatismos na população timorense provocados pelo processo de integração, Sri Bintang Pamungkas, Muchtar Pakpahan, o dirigente da central sindical independente que ainda recentemente esteve no nosso país e que, ao regressar à Indonésia, concedeu uma entrevista reconhecendo o referendo como a melhor solução para o problema de Timor, Haji Princen, um defensor dos direitos humanos que também já esteve entre nós, o gen. Ali Sadikin, antigo governador militar de Jacarta e um dos mais activos elementos do grupo reformista "Petição dos 50", etc.

Outros notáveis da sociedade indonésia, figuras da hierarquia das igrejas, de organizações como o ICMI, a associação de intelectuais islâmicos patrocinada pelo poderoso Ministro da Investigação e Tecnologia Habibie, a Associação dos Estudantes Islâmicos, a Associação dos Estudantes Católicos Indonésios, o grupo ecologista Walhi, as novas formações políticas como o PRD e o SMID, aderiram igualmente, mostrando bem que os sentimentos pró-democracia estão a ganhar raízes entre as elites indonésias.

UMA NOVA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

O segundo sintoma de mudança foi a proliferação de comissões locais da KIPP a que se assistiu nos dias a seguir ao anúncio do seu lançamento.

"*Apesar da atitude crítica do governo relativamente à nova organização independente, a KIPP tem sido entusiasticamente recebida por toda a Indonésia*" (*Kompas Online*, 27/3/96).

De acordo com os organizadores teriam sido criadas, por iniciativa local, comissões em Aceh, Lampung, Yogyakarta, Bandung, Manado, Solo, Semarang, Ujung Pandang, além de Jacarta. Locais houve, como em Bali, em que surgiram mais do que uma comissão.

Por todo este impacto o *Kompas*, o diário de maior tiragem na Indonésia, decidiu efectuar uma sondagem em Jacarta, num universo seleccionado aleatoriamente da lista telefónica, num total de 918 entrevistados.

Segundo o jornal, "*embora as respostas não sejam indicativas da sociedade no seu todo, fornecem um perfil das sensibilidades das classes média e alta da capital.*" Cerca de 50% foram a favor da existência da KIPP enquanto só 6% foram contra. Dos primeiros, 54% disseram que o faziam por não confiarem no actual sistema eleitoral. Perto de 34% dos inquiridos concordaram em que a presença da KIPP elevaria o nível de participação no processo eleitoral porque ela reflecte uma nova consciência política e um novo interesse pela democracia. Comentário do jornal: "*Isto representa uma viragem importante na história política da Indonésia, porque, até à data, as eleições eram olhadas mais como um dever moral do que como um direito político. Por conseguinte, esta nova disponibilidade de um sector da sociedade pode ser interpretada como um sinal de que a classe média se está a tornar crescentemente crítica por natureza.*"

Como disse um intelectual islâmico citado pelo *Kompas*, "*esta organização terá talvez pouco impacto* (sobre as eleições). *Mas o seu impacto moral para a democracia na Indonésia será enorme*" (*Kompas Online*, 27/3/96).

"A ABRI TEM QUE MUDAR"

A multiplicação das declarações oficiais e oficiosas anti-KIPP, as ameaças veladas ou descaradas de representantes do poder, as acções intimidatórias, ainda com carácter pontual, proliferaram também.

O regime - ABRI, Golkar, ... - considerou a KIPP não só desnecessária - o quadro legal existente era suficiente para garantir um processo eleitoral livre e imparcial - como inconstitucional, pois o controlo sobre o mesmo competia à Comissão Nacional de Eleições (*Straits Times*, 28/3/96).

O Ministro Coordenador dos Assuntos Políticos e da Segurança, Susilo Sudarman, disse ao *Jakarta Post* que a KIPP, embora inconstitucional, era "*aceitável*" desde que não interferisse com os trabalhos do órgão governamental responsável por acompanhar o processo.

Por sua vez o chefe das Forças Armadas, gen. Feisal Tanjung, avisou que os militares não hesitarão em actuar contra qualquer tentativa para perturbar as eleições gerais ou para semear a desunião e o descontentamento no país. O general reconheceu, porém, que o comportamento dos militares tem que mudar "*dado o desenvolvimento económico da Indonésia, a globalização e os apelos para uma maior transparência a nível interno*" (*IMN - Indonesia Media Network*, 28/3/96).

O primeiro "incidente" conhecido ocorreu no dia 26 de Março, em Lampung, Sumatra, aquando da reunião para estabelecer o ramo local da Comissão. A polícia interrompeu o encontro e prendeu dois dos seus participantes alegando que a mesma não tinha a necessária autorização para se realizar (*Voz da América*, 28/3/96).

O segundo "incidente" ocorreu em Bandung, Java Ocidental, quando as autoridades impediram a criação da secção local da KIPP. Conforme declarou à imprensa o chefe do serviço de informações militares da região, a política do Comando Militar Distrital era clara: proibir "*qualquer movimento que perturbasse o sistema existente. 'Isto não se aplica apenas à KIPP', sublinhou*" (*IMN*, 18/4/96).

Dias mais tarde, os jornais noticiavam que o nome do secretário-geral da KIPP, Mulyana Kusumah, antigo director executivo do LBH, constava da lista dos membros das organizações proibidas. Esta lista, criada pelas autoridades militares a seguir ao golpe de 65, inclui os nomes de todos aqueles que foram acusados de fazerem parte de organizações de esquerda no tempo de Sukarno, entre os quais, maioritariamente, os activistas do PKI e das organizações de massas por ele influenciadas. Aos elementos desta lista são-lhes negados quaisquer direitos políticos, não podendo por isso votar (*IMN*, 23/4/96).

Entretanto, a KIPP anunciou já que apenas cessará a sua actividade depois da escolha do Presidente, em 1998.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317

organização com estes fins é criada na Indonésia. O seu presidente é o jornalista do semanário *Tempo*, Goenawan Mohamad. Na ocasião, um dos seus promotores disse que a KIPP pretendia ser "*os olhos e os ouvidos da democracia*".

Entre as figuras que aderiram à iniciativa constam o Prof. Arief Budiman, expulso da Universidade de Salatiga por contestar os métodos seguidos na mesma, o Prof. Loekman Soetrisno, que orientou a equipa da Universidade de Gajah Mada que fez um estudo no terreno sobre os traumatismos na população timorense provocados pelo processo de integração, Sri Bintang Pamungkas, Muchtar Pakpahan, o dirigente da central sindical independente que ainda recentemente esteve no nosso país e que, ao regressar à Indonésia, concedeu uma entrevista reconhecendo o referendo como a melhor solução para o problema de Timor, Haji Princen, um defensor dos direitos humanos que também já esteve entre nós, o gen. Ali Sadikin, antigo governador militar de Jacarta e um dos mais activos elementos do grupo reformista "Petição dos 50", etc.

Outros notáveis da sociedade indonésia, figuras da hierarquia das igrejas, de organizações como o ICMI, a associação de intelectuais islâmicos patrocinada pelo poderoso Ministro da Investigação e Tecnologia Habibie, a Associação dos Estudantes Islâmicos, a Associação dos Estudantes Católicos Indonésios, o grupo ecologista Walhi, as novas formações políticas como o PRD e o SMID, aderiram igualmente, mostrando bem que os sentimentos pró-democracia estão a ganhar raízes entre as elites indonésias.

UMA NOVA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

O segundo sintoma de mudança foi a proliferação de comissões locais da KIPP a que se assistiu nos dias a seguir ao anúncio do seu lançamento.

"*Apesar da atitude crítica do governo relativamente à nova organização independente, a KIPP tem sido entusiasticamente recebida por toda a Indonésia*" (*Kompas Online*, 27/3/96).

De acordo com os organizadores teriam sido criadas, por iniciativa local, comissões em Aceh, Lampung, Yogyakarta, Bandung, Manado, Solo, Semarang, Ujung Pandang, além de Jacarta. Locais houve, como em Bali, em que surgiram mais do que uma comissão.

Por todo este impacto o *Kompas*, o diário de maior tiragem na Indonésia, decidiu efectuar uma sondagem em Jacarta, num universo seleccionado aleatoriamente da lista telefónica, num total de 918 entrevistados.

Segundo o jornal, "*embora as respostas não sejam indicativas da sociedade no seu todo, fornecem um perfil das sensibilidades das classes média e alta da capital.*" Cerca de 50% foram a favor da existência da KIPP enquanto só 6% foram contra. Dos primeiros, 54% disseram que o faziam por não confiarem no actual sistema eleitoral. Perto de 34% dos inquiridos concordaram em que a presença da KIPP elevaria o nível de participação no processo eleitoral porque ela reflecte uma nova consciência política e um novo interesse pela democracia. Comentário do jornal: "*Isto representa uma viragem importante na história política da Indonésia, porque, até à data, as eleições eram olhadas mais como um dever moral do que como um direito político. Por conseguinte, esta nova disponibilidade de um sector da sociedade pode ser interpretada como um sinal de que a classe média se está a tornar crescentemente crítica por natureza.*"

Como disse um intelectual islâmico citado pelo *Kompas*, "*esta organização terá talvez pouco impacto* (sobre as eleições). *Mas o seu impacto moral para a democracia na Indonésia será enorme*" (*Kompas Online*, 27/3/96).

"A ABRI TEM QUE MUDAR"

A multiplicação das declarações oficiais e oficiosas anti-KIPP, as ameaças veladas ou descaradas de representantes do poder, as acções intimidatórias, ainda com carácter pontual, proliferaram também.

O regime - ABRI, Golkar, ... - considerou a KIPP não só desnecessária - o quadro legal existente era suficiente para garantir um processo eleitoral livre e imparcial - como inconstitucional, pois o controlo sobre o mesmo competia à Comissão Nacional de Eleições (*Straits Times*, 28/3/96).

O Ministro Coordenador dos Assuntos Políticos e da Segurança, Susilo Sudarman, disse ao *Jakarta Post* que a KIPP, embora inconstitucional, era "*aceitável*" desde que não interferisse com os trabalhos do órgão governamental responsável por acompanhar o processo.

Por sua vez o chefe das Forças Armadas, gen. Feisal Tanjung, avisou que os militares não hesitarão em actuar contra qualquer tentativa para perturbar as eleições gerais ou para semear a desunião e o descontentamento no país. O general reconheceu, porém, que o comportamento dos militares tem que mudar "*dado o desenvolvimento económico da Indonésia, a globalização e os apelos para uma maior transparência a nível interno*" (*IMN - Indonesia Media Network*, 28/3/96).

O primeiro "incidente" conhecido ocorreu no dia 26 de Março, em Lampung, Sumatra, aquando da reunião para estabelecer o ramo local da Comissão. A polícia interrompeu o encontro e prendeu dois dos seus participantes alegando que a mesma não tinha a necessária autorização para se realizar (*Voz da América*, 28/3/96).

O segundo "incidente" ocorreu em Bandung, Java Ocidental, quando as autoridades impediram a criação da secção local da KIPP. Conforme declarou à imprensa o chefe do serviço de informações militares da região, a política do Comando Militar Distrital era clara: proibir "*qualquer movimento que perturbasse o sistema existente. 'Isto não se aplica apenas à KIPP', sublinhou*" (*IMN*, 18/4/96).

Dias mais tarde, os jornais noticiavam que o nome do secretário-geral da KIPP, Mulyana Kusumah, antigo director executivo do LBH, constava da lista dos membros das organizações proibidas. Esta lista, criada pelas autoridades militares a seguir ao golpe de 65, inclui os nomes de todos aqueles que foram acusados de fazerem parte de organizações de esquerda no tempo de Sukarno, entre os quais, maioritariamente, os activistas do PKI e das organizações de massas por ele influenciadas. Aos elementos desta lista são-lhes negados quaisquer direitos políticos, não podendo por isso votar (*IMN*, 23/4/96).

Entretanto, a KIPP anunciou já que apenas cessará a sua actividade depois da escolha do Presidente, em 1998.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317

timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 127 AGOSTO 1996

MEGAWATI: A PÓS-SUHARTO?

A crise política aberta na Indonésia veio trazer para primeiro plano Megawati Sukarnoputri, a dirigente do PDI afastada pelo poder. Há quem a olhe como uma possível sucessora de Suharto

Megawati Sukarnoputri não era propriamente, antes da actual crise, uma desconhecida na vida política indonésia.

Sendo filha de Sukarno, o primeiro Presidente da República e um dos seus fundadores, deposto por Suharto na sequência do sangrento golpe de 30 de Setembro de 1965, tinha à partida a seu favor a auréola familiar.

Mas foi a sua batalha para conquistar a direcção do Partido Democrático Indonésio, aquando do Congresso deste partido em 1993, que a veio lançar como figura pública de referência. Na altura, Megawati teve que lutar contra as interferências governamentais que queriam impor, tal como era hábito, uma direcção a seu gosto. Nessa batalha, ela soube chamar para o seu lado o apoio dos delegados que a impuseram às autoridades como dirigente eleita pelas bases, um facto inédito na prática política dos partidos autorizados.

Depois, foi a adopção de um estilo e de uma linguagem novas para aquela sociedade. Numa digressão pós-Congresso efectuada pelo país e pelas colónias, defendeu que "*deveria ser dada liberdade total ao povo indonésio para escolher livremente os seus dirigentes, incluindo o presidente*" e que deveriam ser eliminadas as barreiras que impediam os partidos da oposição de fazer campanha eleitoral nos meios rurais (*The Australian*, 23/2/94).

Megawati começou a ser encarada de forma diferente, não só a nível interno como internacionalmente.

COM SIMPATIAS A NÍVEL INTERNACIONAL

Em Junho do ano passado a *Keidanren*, a Federação Japonesa das Organizações Económicas, convidou-a a participar num fórum internacional para discutir questões políticas e económicas relacionadas com a cooperação na região Ásia-pacífico. "*Porque será*", perguntámos então, "*que uma importante instituição económica de uma das mais poderosas economias do mundo convida a dirigente de um pequeno partido, tentando ser de oposição num regime totalitário, para estar presente numa reunião*" com "*altos dirigentes políticos para discutir o futuro*" daquela região? "*Aposta estratégica?*" (*Timor Leste*, Junho 95).

Na presente crise, os meios de comunicação internacionais dedicaram uma particular atenção a Megawati, salientando-lhe as características de tacto político, serenidade e firmeza e apresentando-a como uma séria rival à substituição de Suharto.

E o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Nicholas Burns, "*avisou o governo de Jacarta para respeitar os direitos de Megawati, afirmando que Washington esperava que 'ela fosse bem tratada'* (...)." (*The American Reporter*, 10/8/96).

O DESENHO DE UMA PLATAFORMA POLÍTICA

A conferência de imprensa dada em Jacarta, dias antes da invasão da sede do PDI, por Megawati foi uma apresentação de um manifesto político e do esboço de uma proposta de plataforma política para o movimento democrático.

"*O povo da Indonésia*", disse, "*enfrenta hoje uma opção histórica entre a democracia e o Estado de direito, que protegem os direitos inalienáveis de todos os cidadãos, ou a continuação da repressão e da opressão, responsáveis pela infame reputação do governo indonésio, tanto no país como no estrangeiro, por horríveis violações dos direitos humanos e pela corrupção numa escala de tal modo generalizada que o povo indonésio e a comunidade internacional ficarão chocados quando as verdadeiras dimensões destes crimes atrozes forem expostas. (...). Quando a verdade sobre o actual regime for revelada ao povo da Indonésia e ao mundo, mostrará que durante os últimos 30 anos mais de 1 milhão de pessoas foi assassinada, milhares foram torturadas e dezenas de milhões de dólares americanos foram acumulados por altos funcionários e suas famílias (...).*"

neste número:

MEGAWATI: A PÓS-SUHARTO?

EUA: VENDA DE ARMAS EM QUESTÃO

PELL: EM BUSCA DE UMA SOLUÇÃO

"Convido-vos a imaginar como se sentiriam se vivessem num país como a Indonésia (...) onde criticar os lenços de assoar de um funcionário governamental pode levar-vos a serem espancados, torturados ou mortos; e onde vastas fortunas são acumuladas às custas da população, num país onde a maioria dos cidadãos não têm electricidade, nem acesso a água canalizada e a cuidados médicos decentes, onde milhões de camponeses foram forçados a sair das suas terras, sem qualquer compensação, por forças de segurança, contratadas como vulgares bandidos por pessoas bem colocadas para confiscar as terras e as casas dos cidadãos mais pobres e mais indefesos, para construir campos de golfe, centros comerciais, condomínios de luxo, hotéis e parques industriais. Pergunto-vos como se sentiriam se o vosso governo actuasse de uma forma tão cruel e vocês vivessem num constante medo das autoridades, o que fariam sob estas circunstâncias tão opressivas?"

Megawati dedicou uma particular atenção aos meios empresariais e financeiros, tentando passar-lhes a mensagem de que a estabilidade hoje, na Indonésia, só é possível com mudança. "A *estabilidade baseada no autoritarismo é apenas uma ilusão*", afirmou.

"Acredito que o advento da democracia na Indonésia conduzirá a um maior e mais equitativo desenvolvimento económico (...). Quero garantir à comunidade empresarial, quer nacional quer estrangeira, que sou uma firme adepta do comércio livre e da abertura do mercado, no estrito cumprimento das regras da WTO, GATT e APC. (...). Saúdo esta oportunidade para (...) um diálogo construtivo com membros das comunidades empresarial e financeira, nacional e estrangeira, com vista a assegurar uma transição para democracia tranquila e boa para os negócios."

Defendeu, a terminar, que o seu afastamento da direcção do PDI, que a impedirá de concorrer às eleições de 97, se deveu *"a uma sondagem eleitoral secreta feita pelos serviços de informação militar"* que mostrava *"que os meus apoiantes e eu venceríamos as eleições (como foi referido numa edição recente da* Far Eastern Economic Review*)". "Quero que o mundo saiba que, se houvesse eleições livres, os meus apoiantes e eu teríamos uma vitória retumbante!"* (*Press Release*, 22/7/96).

CDPM ESCREVE A MEGAWATI

Entretanto, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere enviou uma carta de solidariedade para com o movimento democrático indonésio a Megawati Sukarnoputri.

Partindo da experiência do povo português, cuja luta pela democracia e liberdade recebeu um impulso decisivo por parte da luta pela independência dos povos das suas colónias, a CDPM disse acreditar *"que a luta dos timorenses pela sua autodeterminação contribuirá do mesmo modo para a democratização da Indonésia."*

Pedindo-lhe para não esquecer o genocídio do povo de Timor Leste pelo regime de Jacarta, a Comissão afirmou-se convicta de que *"só uma solução negociada, no pleno respeito das Resoluções das Nações Unidas (...) poderá conduzir ao respeito e à amizade"* entre os dois povos.

9 x F-16 = ?

Nos princípios de Junho a imprensa internacional noticiava que a Administração Clinton estava em vias de fechar o negócio da venda de 28 aviões de combate F-16 à Indonésia, após difíceis conversações que envolveram igualmente o governo do Paquistão, a quem eles se destinavam inicialmente mas que viu a transacção ser impedida pelo Congresso norte-americano, receoso do programa de armamento nuclear paquistanês. Jacarta mostrou-se interessada em comprar uma parte da encomenda (9 aparelhos) ficando, no entanto, aberta para a posterior compra dos restantes.

Mas os acontecimentos na Indonésia nos finais de Julho e princípios de Agosto fez reabrir em Washington o processo de contestação da venda de material de guerra ao regime de Suharto.

Um grupo de Congressistas escreveu em 22 de Agosto uma carta ao Secretário de Estado, Warren Christopher, manifestando a sua *"firme oposição"* a este negócio. *"O governo indonésio continua a violar muitos dos mais fundamentais direitos humanos do seu povo"* lembram os congressistas, citando o último relatório do próprio Departamento Estado sobre a situação dos direitos humanos naquele país do Sueste Asiático. *"Embora seja improvável que as violações dos direitos humanos sejam feitas com estes F-16, os E.U.A. têm a responsabilidade de se coibir em vender armas a países cujos governos sancionam as violações dos direitos humanos pelos militares. À luz das recentes acções do governo de Suharto na repressão dos mais elementares direitos políticos e individuais dos seus cidadãos, esta venda enviaria uma mensagem particularmente inapropriada."* (*reg.easttimor*, 23/8/96).

Os signatários da carta relembram que entre 1991 e 1995 os E.U.A., através do Programa de Vendas Militares ao Estrangeiro, venderam à Indonésia cerca de 100 milhões de dólares de armamento e que, no mesmo período de tempo, foi autorizada a venda de perto de 1 bilião de dólares em material de guerra ao abrigo do Programa de Vendas Comerciais Directas.

No dia seguinte, o editorial do *New York Times* vinha dar força pública à iniciativa dos homens do Congresso. *"Não é altura de vender aviões de guerra de alta tecnologia à Indonésia. O Presidente Suharto mandou prender centenas de opositores políticos este verão numa nova onda de repressiva. (...). Vender aviões de combate à Indonésia antes de Suharto fazer reformas políticas sérias seria passar um cheque em branco a um governo autocrático e corrupto"* escrevia o editorialista para concluir: *"Esta dócil política americana* [para com o regime de Jacarta] *parece ainda mais deslocada depois dos acontecimentos deste verão. A haver venda de F-16, ela deveria ser condicionada a um rápido fim da repressão e ao estabelecimento de reformas democráticas."*

Mas funcionários da Administração, entre os quais alguns do poderoso Conselho Nacional de Segurança, defendem a concretização da venda argumentando que ela pode representar o início de uma frutuosa ligação comercial já que se antevê que a Indonésia comprará no futuro mais destes aviões. Ainda por cima, dizem, *"não são o tipo de armas usadas na repressão de dissidentes."* (*New York Times*, 21/8/96).

Um negócio ainda com desfecho incerto.